

Diário do Legislativo de 03/03/2004

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA

(PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB):

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira(PPS), Arlen Santiago (PTB) e José Milton (PSDB)

2) LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes (PC do B) e Maria Tereza Lara (PT)

3) LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Gustavo Valadares

4) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Deputados Jayro Lessa e Leonardo Moreira

5) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

6) LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

7) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados José Henrique (PMDB); Leonardo Moreira (PL), Paulo Piau (PP)

8) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

9) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

20/02/2004

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Domingos Sávio	BPSP	Presidente
Deputado Paulo Piau	PP	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BPSP	
Deputado Fábio Avelar	BPSP	
Deputado Jô Moraes	Bloco PT/PcdoB	
Deputado Leonardo Quintão	PMDB	
Deputado Dinis Pinheiro	PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sargento Rodrigues	BPSP	
Deputado Alberto Pinto Coelho	PP	
Deputado Alencar da Silveira Jr.	BPSP	
Deputado Olinto Godinho	BPSP	
Deputado Roberto Carvalho	Bloco PT/PcdoB	
Deputado José Henrique	PMDB	
Deputado Leonardo Moreira	PL	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Bittar	PL	Presidente
Deputado Paulo César	PFL	Vice-Presidente
Deputado Olinto Godinho	BPSP	
Deputada Cecília Ferramenta	Bloco PT/PCdoB	

Deputado Pinduca Ferreira PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira PL

Deputado Doutor Viana PFL

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado André Quintão Bloco PT/PCdoB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bonifácio Mourão BPSP Presidente

Deputado Gilberto Abramo PMDB Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista BPSP

Deputado Leonídio Bouças BPSP

Deputado Maria Tereza Lara Bloco PT/PCdoB

Deputado Leonardo Moreira PL

Deputado Gustavo Valadares PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel Martini BPSP

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Olinto Godinho BPSP

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BPSP

Deputado Weliton Prado Bloco PT/PCdoB

Deputado Dinis Pinheiro PL

Deputado Doutor Viana PFL

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia Pacífico	BPSP	Presidente
Deputada Vanessa Lucas	BPSP	Vice-Presidente
Deputada Roberto Carvalho	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Irani Barbosa	PL	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio Avelar	BPSP	
Deputado Miguel Martini	BPSP	
Deputada Jô Moraes	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Jayro Lessa	PL	
Deputado Chico Rafael	PMDB	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	Bloco PT/PCdoB	Presidente
Deputado Roberto Ramos	PL	Vice-Presidente
Deputado Mauro Lobo	BPSP	
Deputado Biel Rocha	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Gilberto Abramo	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Marília Campos	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Sidinho do Ferrotaco	BPSP	
Deputado Fahim Sawan	BPSP	
Deputado Roberto Carvalho	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Leonardo Quintão	PMDB	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Leonídio Bouças	BPSP	
Deputado Weliton Prado	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Sidinho do Ferrotaco	BPSP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique	PMDB	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BPSP	
Deputado Arlen Santiago	BPSP	
Deputada Maria Tereza Lara	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Alberto Bejani	BPSP	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista	BPSP	Presidente
Deputado Jayro Lessa	PL	Vice-Presidente
Deputado Mauro Lobo	BPSP	
Deputado Sebastião Helvécio	BPSP	
Deputado Chico Simões	Bloco PT/PCdoB	
Deputado José Henrique	PMDB	
Deputado Doutor Viana	PFL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia	BPSP	
Deputado José Milton	BPSP	

Deputado Neider Moreira	BPSP
Deputado Arlen Santiago	BPSP
Deputado Rogério Correia	Bloco PT/PCdoB
Deputado Ivair Nogueira	PMDB
Deputado Elmiro Nascimento	PFL

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria José Haueisen	Bloco PT/PCdoB	Presidente
Deputado Doutor Ronaldo	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar	BPSP	
Deputado José Milton	BPSP	
Deputado Leonardo Quintão	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdoB
Deputado Carlos Pimenta	BPSP
Deputada Olinto Godinho	BPSP
Deputado Márcio Passos	PL
Deputado Chico Rafael	PMDB

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	Bloco PT/PCdoB	Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PFL	Vice-Presidente
Deputado Mauro Lobo	BPSP	

Deputado João Bittar PL

Deputado Leonardo Quintão PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PCdoB

Deputada Lúcia Pacífico BPSP

Deputado Olinto Godinho BPSP

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira PP Presidente

Deputado Padre João Bloco PT/PCdoB Vice-Presidente

Deputado Luiz Humberto Carneiro BPSP

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Doutor Viana PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputada Maria José Haueisen Bloco PT/PCdoB

Deputada Ana Maria Resende BPSP

Deputado João Bittar PL

Deputado Gustavo Valadares PFL

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Olívia BPSP Presidente

Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Djalma Diniz	BPSP	
Deputado Antônio Genaro	PL	
Deputado Dimas Fabiano	PP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fahim Sawan	BPSP	
Deputado Durval Ângelo	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Doutor Ronaldo	BPSP	
Deputado Irani Barbosa	PL	
Deputado Gil Pereira	PP	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ricardo Duarte	Bloco PT/PCdoB	Presidente
Deputado Fahim Sawan	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	BPSP	
Deputado Neider Moreira	BPSP	
Deputado Célio Moreira	PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Simões	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Doutor Ronaldo	BPSP	
Deputado Sebastião Helvécio	BPSP	
Deputado Arlen Santiago	BPSP	
Deputado Roberto Ramos	PL	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues	BPSP	Presidente
Deputado Alberto Bejani	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Leonardo Moreira	PL	
Deputado Zé Maia	BPSP	
Deputado Rogério Correia	Bloco PT/PCdoB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago	BPSP	
Deputado Márcio Passos	PL	
Deputado Mauro Lobo	BPSP	
Deputado Olinto Godinho	BPSP	
Deputado Biel Rocha	Bloco PT/PCdoB	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alberto Bejani	BPSP	Presidente
Deputada Marília Campos	Bloco PT/PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Alencar da Silveira Jr.	BPSP	
Deputado André Quintão	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	PFL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Passos	PL	
Deputada Maria José Haueisen	Bloco PT/PCdoB	
Deputada Ana Maria Resende	BPSP	
Deputado Padre João	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Gustavo Valadares	PFL	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	PL	Presidente
Deputado Djalma Diniz	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Gil Pereira	PP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Passos	PL	
Deputado Sidinho do Ferrotaco	BPSP	
Deputada Cecília Ferramenta	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	
Deputado Paulo Piau	PP	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo César	PFL	Presidente
Deputada Maria Olívia	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Biel Rocha	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Márcio Passos	PL	
Deputado Chico Rafael	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro Nascimento	PFL	
Deputado Alencar da Silveira Jr.	BPSP	
Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Antônio Genaro	PL	

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissões

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública Na 2ª sessão legislativa da 15ª legislatura, em 17/2/2004

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Alberto Bejani, Leonardo Moreira e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Laudelino Augusto e Paulo Piau. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Alberto Bejani, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: no 1º turno, Projetos de Lei nºs 1.243 e 1.257/2003 (Deputado Alberto Bejani), 1.246 e 1.256/2003 (Deputado Zé Maia), 1.258/2003 (Deputado Leonardo Moreira); no 2º turno, Projeto de Lei nº 311/2003 (Deputado Rogério Correia). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 2.106, 2.124 e 2.133 a 2.137/2003. É designado o Deputado Alberto Bejani para relatar o Requerimento nº 2.123/2003. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara, em que solicita sejam pedidas providências ao Comandante do 33º Batalhão da Polícia Militar, em Betim, com vistas ao reforço no policiamento da Colônia Santa Isabel, localizada nesse município; do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado pedido de informação à Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e à Polícia Federal em Santos acerca da investigação sobre o roubo de carga de café e o encaminhamento do produto ao porto desse município; da Deputada Marília Campos e do Deputado Rogério Correia (2), em que solicitam a realização de reuniões conjuntas das Comissões do Trabalho da Previdência e da Ação Social e de Segurança Pública para, em audiência pública, discutirem as condições de trabalho dos fiscais do Ministério do Trabalho no vale do Jequitinhonha, em especial em Araçuaí, e debaterem fatos relacionados com o assassinato de quatro fiscais do Município de Unai; e dos Deputados Rogério Correia (3), em que solicita a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 7.134/2002, em tramitação no Congresso Nacional, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNA -, em que solicita a realização de audiência pública para apurar o desaparecimento de sacas de café em cidades do Sul de Minas e em que solicita seja transferido o detento Juliano Balbino Fernandes da cadeia pública de Alpinópolis para a Penitenciária Nelson Hungria; Alberto Bejani (2), em que solicita sejam o Ten.-Cel. Israel Matos Rosa Pereira, Comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Juiz de Fora, e o Cabo Rogério Praxedes de Almada convidados a prestar informações sobre a prisão deste último no Hospital Ana Neri, localizado nesse município; e em que solicita seja realizada audiência pública em Juiz de Fora para discutir as condições físicas do prédio do CERESP, localizado nesse município; Sargento Rodrigues (2), em que solicita a realização de audiência pública no Município de Unai destinada a apurar o desvirtuamento da finalidade publicística do convênio celebrado entre a PMMG local e as entidades representativas dos produtores rurais desse município e em que solicita seja o Cel. Sócrates Edgar dos Anjos, Comandante-Geral da PMMG convidado a prestar esclarecimentos sobre a transferência da 3ª-Sargento Angela Alves Maia do Município de Unai para Uberlândia e a prestar informações sobre denúncias de desvio de conduta de polícias militares. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de março de 2003.

Sargento Rodrigues, Presidente - Rogério Correia - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Segurança Pública NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 19/3/2004

Às 9h45min, comparecem na Câmara Municipal de Alfenas os Deputados Sargento Rodrigues, Rogério Correia e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BPSP), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adelman Carneiro Leão, Laudelino Augusto e Sebastião Navarro Vieira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a averiguar o desaparecimento de sacas de café de propriedade de pequenos cafeicultores, sob a guarda de empresas e

cooperativas, ocorrido no Sul de Minas. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre o tema supracitado. Registra-se a presença dos Srs. Cristiano Cassiolato, Promotor de Justiça; Isabel Lemos de Carvalho, produtora rural de Carmo do Rio Claro; Eleir Ribeiro de Carvalho, produtor rural de Conceição da Aparecida; Caio Duílio Borelli, advogado dos produtores rurais de Muzambinho; Bráulio Stivani Junior, Delegado de Trânsito; João Antônio Lian, Presidente do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil, e Geraldo Tadeu, Deputado Federal, os quais são convidados a tomar assento à mesa. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia (5), em que solicita seja o Sr. Pedro Meneguetti, da Secretaria da Fazenda, convidado a prestar esclarecimentos sobre a movimentação financeira e o pagamento de impostos por parte de cooperativas e empresas de café; seja o Sr. Reinaldo Roda, Delegado de Polícia Federal de Santos, SP, convidado a prestar esclarecimentos sobre o andamento das investigações sobre desaparecimento e roubo de cargas de café no Estado de São Paulo; seja formulado à da Receita Estadual e à Federal pedido de informação sobre a movimentação de crédito e débito das cooperativas e empresas de café em Minas Gerais, nos últimos cinco anos, e sobre a situação do estoque atual de café; seja formulado ao Ministério Público e ao Comando da Polícia Civil pedido de indicação de um Promotor e um Delegado para acompanharem as investigações sobre o desaparecimento de café nas unidades de Conceição da Aparecida e Carmo do Rio Claro e também dos Armazéns Gerais Ouro Preto Ltda., bem como para estudarem a solicitação de prisão preventiva dos proprietários das empresas de armazenamento; e seja realizada visita desta Comissão a algumas cooperativas e empresas comercializadoras de café no Sul de Minas; Sargento Rodrigues, em que solicita seja pedida ao Delegado de Polícia de Carmo do Rio Claro cópia do inquérito policial sobre o desvio de sacas de café ocorrido no interior dos Armazéns Gerais Ouro Preto Ltda. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados e aos parlamentares presentes, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2004.

Sargento Rodrigues, Presidente - Alberto Bejani - Leonardo Moreira - Rogério Correia - Zé Maia.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária

da 2ª sessão legislativa ORDINÁRIA da 15ª legislatura, em 3/3/2004

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 1.743/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, em que solicita ao Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE-MG - cópia de inteiro teor de todos os contratos firmados pelo referido Instituto a partir da data de sua instituição, ocorrida em 15/1/2002. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.746/2003, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita ao Presidente do BDMG discriminação do saldo disponível do Programa Novo SOMMA, alusivo aos valores liberados para 36 municípios. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.793/2003, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, em que solicita ao Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM - que mantenha esta Comissão informada sobre o processo de instalação do aterro sanitário do Município de Nova Serrana. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.795/2003, da Comissão do Trabalho, em que solicita aos Secretários do Planejamento e de Desenvolvimento Social e Esportes o envio, a esta Casa, de relatórios contendo a situação atual das unidades da extinta FEBEM. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.299/2004, do Deputado Rogério Correia, em que solicita aos Presidentes dos Tribunais de Justiça e de Contas e ao Procurador-Geral de Justiça informação relativa às providências que adotaram para implementar os subtelos salariais nos termos aprovados pelo Congresso Nacional. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 50/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das Leis do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 150/2003, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre fabricação de medicamentos genéricos pela Fundação Ezequiel Dias - FUNED. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Submenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1, e com a Emenda nº 2, que apresenta, ao Substitutivo nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.126/2003, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre a exploração econômica do turismo nas regiões de represas e lagos artificiais localizados no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 4, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3 da Comissão de Justiça, e pela rejeição da Emenda nº 4, da Comissão de Turismo.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.223/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piracema o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.224/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santana dos Montes o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 89/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr, que prevê a realização da Semana da Conservação Escolar no calendário da Secretaria da Educação e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 3/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 29/2003, do Deputado Dinis Pinheiro; Projetos de Lei nºs 178/2003, do Deputado Weliton Prado; 5/2003, do Deputado Adalclever Lopes; 61/2003, do Deputado Jayro Lessa; 303/2003, do Deputado Pastor George; 378/2003, do Deputado Ermano Batista; 815/2003, do Deputado Doutor Viana; 1.017/2003, do Deputado Fahim Sawan; 1.170/2003, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.205 e 2.164/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira; 2.295/2004, do Deputado Leonardo Quintão; 2.297/2004, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 3/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.152/2004, do Deputado Doutor Viana; 2.155/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 2.259, 2.261, 2.263, 2.264, 2.266 e 2.267/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.270/2004, do Deputado Chico Simões; 2.284/2004, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.291/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 2.296/2004, do Deputado Domingos Sávio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 3/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.240/2004, do Deputado Doutor Viana; 2.280/2004, do Deputado Márcio Passos; 2.285/2004, do Deputado José Milton; 2.289/2004, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 15.784 e 15.924

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Célio Moreira, Laudelino Augusto, Neider Moreira e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/3/2004, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar os relatores.

Sala das Comissões, 2 de março de 2004.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 15.734, 15.738, 15.852 e 15.921

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Biel Rocha, Gil Pereira, Márcio Passos e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/3/2004, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designarem os relatores.

Sala das Comissões, 2 de março de 2003.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Zé Maia, José Milton, Biel Rocha e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/3/2004, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar o parecer do relator para o 2º turno e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de março de 2004.

José Henrique, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre o Requerimento nº 2.299/2004

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado Rogério Correia, o requerimento em epígrafe dispõe sobre o envio de ofício ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público do Estado, no qual se solicite que os mencionados órgãos encaminhem informações sobre a adoção de medidas para implantação dos subtetos salariais no âmbito das respectivas administrações.

Publicada em 29/2/2004, a matéria foi distribuída à Mesa da Assembléia para, nos termos do art. 79, VIII, do Regimento Interno, receber parecer.

Fundamentação

No moderno Estado democrático de direito, constitui atribuição central do Poder Legislativo acompanhar a atuação administrativa dos demais Poderes e entidades que compõem o sistema de administração pública. Essa atribuição encontra-se expressa nos textos constitucional estadual e no regimental, nos quais se confere à Mesa da Assembléia, como órgão diretor da Casa, a prerrogativa de encaminhar pedidos de informação a Secretários de Estado, dirigentes de órgãos da administração indireta e demais autoridades estaduais, desde que relacionados a matéria

sujeita a fiscalização por parte do Legislativo.

Não se pode deixar de ressaltar que a adoção de providências de natureza administrativa necessárias para o oportuno e adequado cumprimento de normas constitucionais representa uma obrigação do administrador público, estando, dessa forma, sujeita ao poder fiscalizador da Assembléia Legislativa. Com a promulgação da Emenda à Constituição Federal nº 41, em 19/12/2003, e sua entrada em vigor no primeiro dia do corrente ano, avançou-se na definição dos valores máximos a serem pagos, a título de remuneração, aos agentes políticos e aos servidores públicos no Brasil. A completa definição dos parâmetros para a fixação dessa remuneração, no entanto, ainda permanece objeto de discussões tanto no campo doutrinário quanto no âmbito das atribuições específicas do Poder Judiciário, que se vê obrigado atualmente a decidir sobre diversas ações judiciais em que se contestam algumas das definições adotadas administrativamente.

Dada a natureza relevante e polêmica do tema em discussão - a fixação de remuneração máxima para agentes políticos e servidores públicos - consideramos ser imprescindível a obtenção de todas as informações referentes ao assunto e sobre as interpretações que estão sendo conferidas à matéria nos demais Poderes e órgãos da administração estadual. Essas informações, uma vez recebidas, analisadas e sistematizadas, possibilitarão a adoção de medidas justas e coerentes, atendendo-se o bem comum e preservando-se o direito individual. Assim sendo, consideramos oportuna a aprovação do requerimento em exame, com apenas uma pequena alteração, para que fique claro que as informações serão solicitadas a órgãos estaduais.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 2.299/2004, com a Emenda nº 1, que apresentamos.

EMENDA Nº 1

Acrescente-se, no texto, após a indicação do Poder e dos órgãos, termo que os identifique como sendo estaduais mineiros.

Sala das Reuniões da Mesa da Assembléia, 2 de março de 2004.

Mauri Torres, Presidente - Antônio Andrade, relator - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Luiz Fernando Faria - Pastor George.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª legislatura

Discursos Proferidos em 26/2/2004

O Deputado Chico Simões* - Sr. Presidente, demais Deputados que compõem a Mesa, Deputadas e Deputados, pessoas que nos assistem das galerias e por meio da TV Assembléia, quero aproveitar estes minutos para, inicialmente, parabenizar e deixar a nossa palavra de apoio à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pelo tema que começou a abordar ontem, Quarta-Feira de Cinzas, que diz respeito à água como bem de todos, como vida. Trata-se de assunto de grande relevância, e que, tenho certeza, nos levará a refletir profundamente sobre como devemos agir para preservar algo que tem de ser tratado como bem comum. É lógico que, se a sociedade como um todo tem de fazer essa reflexão e mudar seus comportamentos no que se refere ao uso e manuseio da água, nós, legisladores, temos responsabilidade maior, porque nos cabe a função principal do Poder Legislativo: fiscalizar, mas, fundamentalmente, fazer as leis.

A CNBB vem refletindo e nos mostrando como a água, algumas vezes, é tratada como mineral comum. Não pode ser assim. Na verdade, se meia dúzia de pessoas quiser apoderar-se de todo o minério e pedras preciosas do planeta, o muito que pode acontecer é alguém ficar muito rico. Mas, continuaremos a viver. Com a água, não. Se houver controle da água por parte de pequeno grupo ou movimentos que venham diminuir a quantidade de água do planeta e, principalmente, do Brasil, que possui 12% de todo o recurso hídrico potável do universo, de forma a não manter esse recurso à disposição de todos, com certeza, a vida sucumbirá. Mesmo no Brasil, 20% da população não tem acesso à água potável; 40% da água que utilizamos, que se diz potável, também não tem garantia de boa qualidade; 50% do povo brasileiro não possui coleta de esgoto, e, o que é mais grave, 80% do esgoto não é tratado.

Por incrível que pareça, o principal órgão que polui os ribeirões de Minas Gerais são as companhias que deveriam ter uma obrigação contrária, as firmas de saneamento, responsáveis pelo fornecimento de água e esgoto, que, muitas vezes, cobram caro dos usuários para simplesmente pegar os detritos, as fezes dos domicílios, canalizar e jogar nos ribeirões, gerando um grande esgoto a céu aberto.

A CNBB chama-nos a essa reflexão. Gostaria que a Assembléia desse um exemplo, o que não significa resolver todos os problemas de uso e conservação da água, até porque precisamos de leis federais, leis maiores. É preciso que o movimento se dê como um todo.

Em Minas Gerais, há dois projetos de lei, propostos por nós, os quais já passaram por todas as comissões. Na de Fiscalização, da qual faço parte, consideramos que os projetos vêm somar ao movimento da Igreja Católica na campanha da fraternidade. O Projeto de Lei nº 463 leva em consideração que a água é um bem findável, se não fizermos uma movimentação para preservá-la.

O Projeto de Lei nº 643 é composto de quatro artigos. "Art. 1º - As tarifas das concessionárias de serviço público de saneamento básico e de energia elétrica deverão ser diferenciadas, segundo as categorias de usuários e faixa de consumo, assegurando-se o subsídio dos usuários de maior para os de menor poder aquisitivo, assim como dos grandes para os pequenos usuários, sendo cobrada sobre o consumo real apurado pelo medidor, vedada a instalação de consumo mínimo preestabelecido.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário."

Por que propusemos esse projeto de lei? Quando há consumo mínimo, que deve ser pago por todos, as pessoas são estimuladas a usarem, pois, usando ou não a água, haverá tarifa mínima. Devemos estimular as pessoas a não gastarem água nem energia desnecessariamente.

As pessoas de poder aquisitivo mais baixo, muitas vezes, subsidiam tarifas para pessoas que consomem a água despreocupadamente. Está na hora de rever isso. É preciso que o Poder Legislativo de Minas Gerais não só reflita com a CNBB sobre esse tema de fundamental importância para a vida, como também faça alguma coisa.

Peço ao Presidente desta Casa que compartilhe conosco dessa preocupação. É um momento importante para que a Assembléia dê uma

resposta à sociedade. Muitas vezes a Assembléia é criticada sem razão, e a melhor maneira de dar uma resposta a quem nos critica é fazendo um trabalho sério. Esse projeto está nas nossas mãos.

Não podemos, de forma alguma, como Poder Legislativo, ficar acuados. Não podemos deixar de tomar atitudes que consideramos justas com medo das conseqüências, com medo de que as outras instituições, Poderes e entidades organizadas posicionem-se contrariamente às nossas ações.

Esperamos que o Presidente coloque em votação esse projeto tão importante, que promove a justiça e estimula a economia de água.

Elaboramos também um segundo projeto de lei. Já dissemos que 80% do esgoto não é tratado, poluindo nossos ribeirões e nossas bacias. Esse projeto já passou por todas as comissões. Por meio dele, obrigamos as concessionárias de serviço público de saneamento básico que já prestam serviço aos municípios e cobram a taxa de esgoto há mais de dez anos a fazerem o tratamento do esgoto que é de sua obrigação. Isso é o mínimo que devem fazer em respeito ao consumidor.

Em minha cidade, Coronel Fabriciano, há 20 anos, pagamos a taxa de esgoto, cujo valor é exatamente igual ao da taxa de consumo de água, e a COPASA capta os esgotos de nossas casas para jogá-los nos ribeirões.

Portanto, queremos que a COPASA ou qualquer outra companhia que explore esse serviço e cobre por ele há mais de dez anos, sem entretanto fazer o tratamento de esgoto, passe a fazê-lo no prazo de cinco anos.

Essa preocupação vai ao encontro da necessidade de mantermos a água como um bem de todos. Não queremos que a água, cada vez mais, fique sem condições de ser usada.

Sr. Presidente, esperamos, neste semestre, fazer um debate acerca desses dois projetos, que já estão prontos para vir ao Plenário. Vamos discutir e fazer com que as concessionárias assumam suas responsabilidades, pois, nos seus contratos com o município - que seguem um padrão -, colocam sua obrigação, mas exigem que o município tome uma série de providências. O que a COPASA impõe a Coronel Fabriciano, cidade cujas condições financeiras conheço bem, não será possível realizar nem daqui a 20 ou 30 anos.

Esses dois projetos devem ser discutidos. Este é o momento para refletirmos a fim de cumprirmos nosso papel.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Chico Simões, quero parabenizá-lo por trazer, nesta quinta-feira pós-carnaval, um assunto dessa magnitude: a água. Parabenizo também a CNBB e a Igreja Católica por chamarem a atenção para um tema tão importante como a água.

Quero ressaltar a preocupação da Assembléia Legislativa com esse tema, ao longo de sua história. Já tivemos vários eventos realizados nesta Casa, e chamo a atenção principalmente para os últimos: Águas de Minas I e Águas de Minas II. Temos ainda as CIPEs. O Deputado Wanderley Ávila participa da CIPE do Rio São Francisco; o Deputado José Henrique, da CIPE do Rio Doce; e eu, da CIPE do Rio Paraná. Portanto, esta Casa tem-se dedicado muito ao assunto.

E existem várias leis. Quero parabenizá-lo por apresentar mais um projeto que versa sobre a água. Entretanto, faço dois lamentos. O primeiro relaciona-se à aplicação das leis. Temos aquelas que funcionam e não viram letras mortas. Mas várias são as leis criadas nesta Casa que se tornam letras mortas. Neste início dos trabalhos, chamo a atenção, mais uma vez, para o fato de que criar leis é importante, mas que, como Deputados e representantes da comunidade, devemos buscar o seu cumprimento, embora seja atribuição do Ministério Público e da justiça. Temos de promover a aplicação das leis junto ao Executivo. Apesar de o Fundo de Incentivo à Proteção das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO - dispor de recursos orçamentários na ordem de R\$50.000.000,00 por ano, infelizmente, por questões financeiras, não tem aplicado esse dinheiro. Temos de cobrar isso.

O meu segundo lamento, Deputado Chico Simões, refere-se ao que o poder público tem causado às águas deste País. V. Exa. disse que 80% dos municípios ainda não realizam o tratamento do esgoto. O último dado de que dispomos, relativamente ao Brasil, é o seguinte: 97% dos municípios ainda não realizam o tratamento do esgoto. Se alguém suja as nossas águas, podemos dizer que é o próprio poder público. Temos de clamar para que cumpra a sua parte. As indústrias estão sendo cobradas em seus relatórios sobre o impacto ambiental e em suas licenças, e têm suado menos. Os produtores rurais estão conscientes do problema e têm sido os verdadeiros produtores de água. Esses merecem uma atenção especial. Ao invés de os governos buscarem orçamentos por meio de multas, deveriam revertê-las em incentivo aos que aplicam bem as leis ambientais, preservando até mesmo as nossas águas. Parabéns pelo seu pronunciamento!

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte) - Parabenizo V. Exa. pelos dois projetos. Com alegria, votarei com relação a esse projeto, pois desejo que essa lei beneficie o povo mineiro.

Quando V. Exa. menciona a cidade de Coronel Fabriciano, sempre venho ao microfone dizer que esse município precisa da ajuda de V. Exa., como majoritário, e da minha, como Deputado da região, pois Coronel Fabriciano ficou presa entre o desenvolvimento de Timóteo e de Ipatinga.

Trago boas novas a esta Casa. Há seis meses, foi assinado um protocolo da COPASA com o Município de Coronel Fabriciano. Isso trará, ainda neste ano, o início da obra para o tratamento do esgoto da cidade. Isso veio ao encontro de seu pronunciamento.

Ninguém melhor do que V. Exa., que já foi Prefeito de Coronel Fabriciano, para lutar, nesta Casa, pelo benefício dessa cidade e de todo o Vale do Aço.

O Deputado Chico Simões* - Reitero a nossa solicitação ao Presidente para que coloque esses dois projetos em discussão no Plenário.

Agradeço o aparte do Deputado Leonardo Quintão. O projeto é contra essa manobra da COPASA, dizendo que tratará o esgoto de Coronel Fabriciano. Isso é uma parte do que foi propagandeada. Quanto à outra, V. Exa. talvez não tenha se aprofundado. Foi inserido no documento a responsabilidade da COPASA e da Prefeitura. Aí o bicho pega, porque, para realizar o tratamento de fundo de vale e as desapropriações, infelizmente, Coronel Fabriciano não pode assumir a despesa. O nosso projeto foi criado para que isso ocorra sem onerar o município, senão a questão ficará na promessa, e nada será realizado, haja vista que somente Ipatinga conseguiu realizar esse tratamento, porque investiu algo em torno de R\$12.000.000,00 a R\$14.000.000,00, conseguidos por meio de empréstimo, pois Prefeitura rica pode tomar emprestado e depois pagar, mas Prefeitura pobre não tem condições nem de pedir empréstimo, porque, infelizmente, o balanço não lhe concede essa regalia.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e amigos que nos acompanham pela TV Assembléia, falarei sobre um assunto, pausadamente, porque a minha garganta não permite que fale de outro modo. Não que tenha participado de alguma folia no carnaval, mas sim porque, devido à chuva forte que vem caindo em Juiz de Fora, desabrigando muita gente, temos trabalhado nesses dias para atender a essas pessoas que passam por momentos difíceis.

Primeiramente, quero falar sobre a GTech, maior empresa do mundo em "softwares" para jogos. Com sede em 36 países, é a responsável pela maioria dos cassinos, pela quina, pela megasena, enfim, por todos os jogos da Loteria Federal e das loterias estaduais do Brasil. Na última reunião da Comissão do Trabalho, da qual tenho o prazer de ser Presidente, enviamos requerimento pedindo esclarecimentos à Loteria Mineira sobre como foi feito o perdão de aproximadamente R\$30.000.000,00 a essa multinacional, que tem uma retirada, somente na Loteria Federal, de US\$172.000.000,00 por ano. Ficamos surpresos, porque a GTech não tinha cumprido o contrato com a Loteria Mineira. A multa de R\$30.000.000,00 foi perdoada no mês de outubro de 2002. No mês de outubro de 2002, perdoaram R\$30.000.000,00 a uma multinacional bilionária, não tendo naquela ocasião o Estado dinheiro para pagar o 13º salário nem as coisas básicas, como a energia elétrica e a água, além de possuir um déficit público mensal de R\$200.000.000,00 e uma dívida com o Governo Federal de R\$40.000.000.000,00. Quero deixar bem claro, porque, na cidade de Juiz de Fora, o Dr. Marcelo Siqueira, pessoa por quem eu tenho um grande carinho, disse que eu questioneei a honestidade de Itamar Franco. Não tenho de questionar nada, quem tem de questionar alguma coisa é a população. Apenas cumpro o meu papel de parlamentar. Em outubro de 2002, perdoaram a dívida de R\$30.000.000,00 da GTech em um Estado falido como Minas Gerais. No mês seguinte, prorrogaram o contrato dessa empresa até 2006, sem licitação - e ela vinha desde o tempo do Governo Hélio Garcia, sem fazer licitação, ferindo a Lei nº 8.666, que obriga a abertura de licitação para realização de qualquer trabalho daquela natureza.

Antes que eu fale sobre os bingos, parabênizo o atual Presidente da Loteria Mineira, Dr. Inácio Luís Gomes Barros. Está aqui, datada de 14/4/2003, a solicitação de levantamento de auditoria. (- Lê:)

"Pela presente, solicitamos providenciar a imediata análise do contrato e respectivos aditivos celebrados com a GTech Brasil Ltda."

O próprio Presidente da Loteria, há um ano, pediu ao Governo do Estado que fizesse uma auditoria na GTech, porque o contrato realmente apresentava coisas estranhas. Não estou aqui para acusar ninguém. Quem sou eu para fazê-lo! Mas fica uma pergunta: "será que alguém perdoou essa dívida de graça? Será que alguém prorrogou o contrato até 2006, sem licitação, com a empresa responsável pela Raspadinha, pelo Toto Bola e por outros jogos, ferindo a Lei nº 8.666 de maneira gratuita?". Já passei da idade de acreditar em Papai Noel e em coelhinho da Páscoa colocando ovo de chocolate na minha janela. Alguma coisa estranha há aqui, e é isso o que queremos levantar por meio da Comissão do Trabalho.

Tenho a relação de todos os Presidentes da Loteria Mineira, principalmente os do Governo Itamar Franco. Queremos indagar a eles sobre o porquê do perdão da multa e quem o autorizou. Segundo Misabel Derzi, Procuradora da época, no princípio constataram-se erros, mas depois, não - o que me parece estranho. Como pôde enxergar erros no princípio e depois não os ver? Ou há erros ou não há. Os erros não existem apenas aparentemente.

Com isso, surgiu a covardia, em Brasília, de querer acoplar o Presidente Lula aos cidadãos Waldomiro Diniz e Carlinhos Cachoeira e à GTech. Fui Prefeito de Juiz de Fora, cidade com aproximadamente 600 mil habitantes e cuja Prefeitura emprega 14 mil funcionários. Como o Prefeito pode ser responsabilizado por ato de quem trabalha nessa Prefeitura? Imaginem em se tratando do Governo Federal? Claro está que a responsabilidade deve ser atribuída a alguém, mas não podemos crucificá-lo. Lamento essa posição.

Lula está viajando, o que não é novidade, pois Presidente que se preze deve viajar. Não concordo com ele em um único fato: a medida provisória fechando os bingos do Brasil. Há coisa errada no Judiciário, e Juiz foi preso; no Ministério Público, Promotor foi acusado de matar mulher grávida em São Paulo; na Igreja, padre foi processado por pedofilia. Há coisa errada no Legislativo; enfim, em todas as áreas. Basta corrigi-las. Entretanto, não é justo colocar 300 mil trabalhadores na rua - a maioria idosos e deficientes -, que sobrevivem do bingo e não conseguirão emprego em outros locais. Não seria mais racional regulamentar uma série de leis que, há oito anos, tramitam no Congresso Nacional? Entendo necessária a regulamentação. Não acredito que o Lula esteja envolvido com o Waldomiro Diniz nem com o Carlinhos Cachoeira. Como fui Chefe do Executivo, sei que não se pode ser responsável pelos atos de seus funcionários. Não tenho dúvida de que usaram o Lula como pano de fundo para cobrir o caso do Waldomiro Diniz, do Carlinhos Cachoeira e da GTech e tomaram o bingo para Cristo.

A revista "Época", de sexta-feira, noticiará mais denúncias envolvendo a Loteria Federal, a GTech, Waldomiro Diniz, Carlinhos Cachoeira e outros nomes, os quais prefiro não adiantar. Faço parte do grupo que deposita enorme esperança no Lula. Tenho esperança de que ele torne realidade o que disse em campanha: para cada novo real, um emprego seria criado. Hoje, não dormem 300 mil pessoas. Em bingo, entra quem quer. Não vejo ninguém sendo amarrado. Não tenho nenhuma ligação com o bingo, não sou dono de bingo nem conheço ninguém. Refiro-me ao trabalhador. Ninguém busca pessoas a laço. Lá entra quem quer. Pessoas idosas dizem: "É um divertimento que tenho, o dinheiro é meu, gasto R\$5,00 ou R\$10,00 jogando o meu bingo".

O próprio Lula falou que jogou bingo com a sua mãe, com o seu irmão, no ABC paulista. Ele disse isso. Portanto, não vejo, sinceramente, nenhum problema. Há coisas piores acontecendo neste Brasil, que mereceriam medidas duras.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Caro Deputado, Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estou ouvindo, atentamente, o Deputado Bejani abordar os acontecimentos dos últimos dias. Esse "ato institucional" editado pelo Lula na verdade tem nome: Luiz Duda Mendonça. Quem editou isso foi o Duda Mendonça, o marqueteiro do Lula. Acharam que a edição dessa medida, que é um ato institucional parecido com o AI5, que desemprega mais de 300 mil pessoas de uma hora para outra, resolveria o problema gerado pelo caso Waldomiro Diniz. Isso é um ato institucional, figura que conhecemos bastante. Aliás, comemoraremos, no final do mês que vem, o fim do ato da revolução.

Acredito que o Governo está trabalhando em cima de "marketing". O que estamos dizendo foi confirmado ontem pelo assessor de imprensa do Governo, quando disse que a sociedade e o Congresso Nacional absorveram bem a medida provisória, apagando-se, dessa forma, todos os problemas. Não concordo, pois acho que o caso é um problema sério. O Lula tem que apurar, até para provar que não está envolvido. Não acredito que ele esteja. Esses problemas acontecem em todos os governos, em todas as fases, em todos os credos, em todas as instituições.

O PT, que sempre achou que estava acima do bem e do mal, agora viu que isso não é verdade, porque ele está governando um País, e não apenas denunciando. Quando ocorreu a denúncia, houve esse apavoramento de toda a sociedade, do Congresso Nacional, do PT e do Lula. Há razão para isso em função da repercussão negativa que houve. Agora, essa medida do "ato institucional", que não é medida provisória, porque acho que o Congresso Nacional não vai se manifestar, pois sabidamente o Lula está com o Congresso na mão, é um absurdo. Temos que lembrar que o Collor de Melo sofreu "impeachment" porque ganhou uma Elba de presente. As outras denúncias até hoje não foram apuradas. Ele não tinha o Congresso Nacional nas mãos. Quando houve a denúncia de que ele havia ganhado um presente, mandou que se abrisse uma CPI. Então, há hoje um medo fantástico da CPI. O erro está aí, pois isso precisa ser apurado. As atividades da GTech no Brasil precisam ser apuradas. Isso não quer dizer que há alguém levando ou deixando de levar, que alguém ganhou ou deixou de ganhar, que houve uma multa a menos, que houve uma prorrogação do contrato em Brasília. Isso é o de menos neste momento. É justamente a falta de uma política clara, de uma legislação bem definida sobre jogo que leva a esses casos que estamos vivendo. A Loteria Mineira, por exemplo, é uma caixa-preta em que ninguém mexe. Não mexeram na gestão do Itamar, na do Eduardo Azeredo e nem na do Aécio Neves, tanto que, usando dos mesmos argumentos do Duda Mendonça, mandou paralisar alguns jogos, por meio de uma medida provisória, de uma auditoria. Na

verdade, isso é para esconder essa caixa-preta que existe nos jogos.

As coisas precisam ficar claras. Como V. Exa. disse, ninguém é obrigado a jogar. A minha preocupação é que, por meio de um "ato institucional", estão desempregando 300 mil pessoas. Acredito que V. Exa., como membro da comissão, deve realmente discutir, não para acusar, mas para definir uma regra clara sobre jogos. É o que precisa ser feito, pois até hoje ninguém entendeu a legislação, principalmente a dos bingos. É uma confusão enorme, em que uma federação pode explorar, mas o dinheiro não chega, some no meio do caminho.

Essa discussão precisa vir à tona. Esse "ato institucional" tem que ser discutido por nós, sim, pois estamos vivendo a maior taxa de desemprego da história do Brasil. De uma hora para outra, em razão do escândalo de um funcionário, colocam-se mais 300 mil pessoas desempregadas, num assunto que nada tem a ver com eles, pois se trata de um problema político de Brasília.

Portanto, parabéns. Estamos atentos para continuar esse processo de discussão sobre este momento grave por que passam as instituições no Brasil. Obrigado.

O Deputado Alberto Bejani - Muito obrigado, Deputado Antônio Júlio. Não tenho dúvidas de que o posicionamento de V. Exa. nessa discussão é de fundamental importância pelo conhecimento de causa que tem em relação à arrecadação do Estado e à contribuição para a área social, assim como o Deputado Ermano Batista e tantos outros que aqui estão. Tudo isso faz parte da Loteria do Estado de Minas Gerais.

Deputado Chico Simões, gostaria muito de conceder-lhe um aparte, mas, em razão do tempo, é impossível. Gostaria de deixar bem claro que, em momento algum, coloquei em dúvida o trabalho, a sinceridade e o amor que Lula tem pelo Brasil. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Laudelino Augusto - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, mineiras e mineiros, cidadãs e cidadãos presentes às galerias e que nos acompanham pela TV Assembléia, saudações! Sr. Presidente, na semana passada inscrevi-me para desejar a todos um bom trabalho neste ano. No final do ano, tivemos alguns dias de descanso com a família; mas, no recesso, trabalhamos bastante, pois "quem representa deve estar presente". Retornamos aos trabalhos em Plenário. As bases partidárias e o povo em geral cobram-nos presença, principalmente em reuniões, seminários, cursos. Participamos em São Paulo de um curso para servir a todos cada vez melhor.

Concedo aparte ao Deputado Chico Simões, para continuarmos o assunto debatido há pouco. Em seguida, mostrarei a minha mensagem.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Muito obrigado, companheiro Laudelino Augusto. Retorno ao discurso anterior. Primeiramente, a sociedade deseja que se apurem com rigor os fatos e, se houver culpado, que se aplique a penalidade. Certamente esse é o desejo desta Casa e da sociedade. Não dá para nivelarmos um discurso num segmento menor, dizendo que "joga bingo quem quer". Sabemos disso. Mas o que se passa por trás do jogo de bingo não diz respeito a quem joga ou não, mas a outro fato. Pelo que se supõe e denuncia, há por trás dele uma quadrilha de lavagem de dinheiro, evasão fiscal, algo pesado, sangrando a Nação brasileira. Para isso, nada melhor que darmos um basta. Toda a imprensa pauta a discussão no Congresso e denuncia tudo isso. O Presidente do Brasil tomou a atitude sensata. Primeiramente devemos parar para verificar onde se encontra a verdade, a fim de encontrarmos um caminho que atenda o desejo da sociedade.

Os 300 mil desempregados não podem ser usados como desculpa. O Presidente Lula não tem obrigação de arrumar 300 mil empregos, mas, na verdade, 11.300.000 empregos. Essa é a proposta do PT. Devemos encontrar uma saída para este Brasil, que não consegue mais conviver com o capital financeiro que essa situação de degradação impõe. O caminho não é esse. Há muitos atos ilícitos que geram emprego. Não devemos aceitá-los.

Temos a obrigação de ir a fundo, para verificar onde se encontram os problemas com os quais a sociedade não consegue mais conviver. O atual Presidente da Loteria Mineira - cargo de confiança do atual Governador - pediu uma auditoria. Por que até agora o Governador do Estado não a realizou?

Deputado Alberto Bejani, peço-lhe que leve à Comissão essa nossa preocupação; e que se cumpra a solicitação do Presidente da Loteria Mineira para se realizar a auditoria, para irmos a fundo e deixarmos as coisas bem claras, a fim de que o povo mineiro sinta-se contemplado por seus dirigentes.

O Deputado Laudelino Augusto - O assunto é muito polêmico, mas o argumento usado pelo Deputado Antônio Júlio não é eticamente aceitável; senão, teríamos que incentivar o tráfico de drogas, porque também gera muitos empregos. É claro que muitas pessoas ficarão desempregadas, mas buscaremos uma maneira ética de gerar empregos.

Sr. Presidente, na última reunião de dezembro, após votarmos o orçamento, falamos da nossa angústia e da nossa esperança, pois o orçamento foi votado com a participação da sociedade, na Comissão de Participação Popular, e as emendas deveriam sair do papel. Todos, nas Prefeituras e nas bases, estão esperançosos. Já tivemos uma reunião com o Secretário de Governo, Danilo de Castro, para saber do encaminhamento, uma vez que todos os mineiros pagam impostos e precisam que o orçamento seja cumprido.

Estamos aqui para continuar nossa missão. A razão de ser do Estado, como ensina nossa doutrina cristã, é exercer o poder que emana do povo em benefício do próprio povo. Que nós, Deputados e Deputadas, representantes, e não substitutos, do povo, possamos elaborar leis, projetos e emendas, discutir e votar, além de fiscalizar os atos do Executivo. Para isso, procuramos organizar a sociedade, que deve estar mais presente, por meio de suas organizações, participando da elaboração das leis e da fiscalização, no exercício da verdadeira democracia participativa. É preciso passar da simples democracia representativa para a participativa. Estaremos presentes para votar, pois há muitos vetos e projetos na pauta. Os vetos do Governador a alguns projetos de lei deverão ser discutidos e votados, outros deverão ser derrubados, pois, em muitos projetos, houve participação popular. O projeto da educação física, por exemplo, contou com participação de professores de todo o Estado, que estiveram aqui, apresentando emendas e ajudando na sua elaboração. Todos os vetos têm suas justificativas, mas alguns não se sustentam.

Precisamos continuar com a fiscalização. A Comissão de Transportes e Obras Públicas, da qual participo, tem feito esta fiscalização. Apresentei um pedido, com 40 assinaturas, de uma CPI sobre a COMIG, no final do ano. Essa CPI é muito importante para o Estado, para o Governador e para o povo mineiro. Há várias obras que não foram feitas, outras que foram mal feitas. A estrada de Maria da Fé a Cristina, por exemplo, está cada dia pior. O Juiz local já deu uma sentença para que a empresa fizesse os reparos, mas ninguém consegue encontrar o Presidente da empresa para notificá-lo, e o prazo começa a contar a partir do dia da notificação. Nem isso tem acontecido. Quem sabe, logo no começo deste ano, não se instala a CPI da COMIG? Temos matéria, provas e 40 assinaturas, além do interesse de outros Deputados em assinar.

Precisamos apurar isso. É bom e necessário para Minas Gerais. Desta tribuna, em novembro, fizemos outra denúncia contra o Instituto de Tecnologia Aplicada à Informação, que andou vendendo "software" de educação, pago com o dinheiro do FUNDEF de muitos municípios, Prefeituras. Trata-se também de grande corrupção. A revista "Isto É" publicou matéria de duas ou três páginas, na semana passada, dia 18, citando cidades e Prefeitos que foram cassados. Lembro que, no dia em que fiz tal denúncia, citei as cidades de Paracatu, onde está correndo

um processo, e Martinho Campos, cujo Prefeito foi cassado, mas voltou ao cargo à custa de uma liminar. Citei ainda a cidade de Cambuí e quero fazer justiça a seu Prefeito, Dr. João Fanuchi, que, três ou quatro dias após meu pronunciamento, enviou-me uma carta, contendo a sentença do Juiz local, em primeira instância. Essa sentença foi favorável ao Prefeito e está sendo usada em outros lugares. Cerca de 220 municípios envolveram-se na compra com superfaturamento e, em alguns lugares, sem licitação. Quero fazer justiça ao Prefeito de Cambuí, lembrando que na revista "Isto É" consta uma foto da Promotora. A Promotoria de Cambuí entrou com recurso, que está tramitando. Porém, no momento, a sentença proferida pelo Juiz é favorável ao Prefeito de Cambuí.

Tudo isso nos mostra a importância e a necessidade de mudarmos as estruturas deste País. As denúncias feitas têm sido apuradas. Esse é o diferencial do Governo de Lula e José Alencar, que busca apurar todas as denúncias. Precisamos passar a limpo este País e suas instituições. Vivemos um tempo a que chamamos de quaresma tanto para católicos como para cristãos de modo geral; um tempo de conversão tanto dos corações quanto das estruturas. Trata-se de mudar as estruturas e os corações.

O Deputado Chico Simões falou sobre a Campanha da Fraternidade: Água, Fonte de Vida. Temos estudado e já participamos de diversos lançamentos dessa Campanha, quando falamos especialmente de três itens: quantidade, qualidade e acessibilidade da água. A quantidade de água, há milhões de anos, é a mesma. A qualidade está, a cada dia, pior, devido à contaminação. As pessoas não têm acesso à água. Esse é outro item importante, que está sendo tratado na Campanha.

Desde abril do ano passado, estamos organizando e iremos lançar, se Deus quiser, em 22 de março, Dia Mundial da Água, a Frente Parlamentar de Defesa e Preservação das Águas. Ainda vamos conversar com a Mesa. Deixamos para promover esse lançamento agora, a fim de coincidir com o movimento da Campanha da Fraternidade, que envolve todo o Brasil e alguns países da América Latina. Colhemos assinaturas, praticamente todos os Deputados assinaram, aderiram à frente parlamentar, que se encontra aguerrida, lutando pelo cumprimento das leis.

O Deputado Paulo Piau falou, há pouco, sobre a importância de se cumprirem as leis. Esta Assembléia promoveu diversos encontros, seminários a respeito da água. Esse assunto nos lembra a importância de se converterem os corações e as estruturas, pois corações novos, convertidos, formarão boas e novas estruturas.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Obrigado, Deputado Laudelino Augusto. É uma honra apartear-lo. Ontem foi lançada a Campanha da Fraternidade deste ano, cujo tema é "Fraternidade e Água: Água, Fonte de Vida". Oficialmente será lançada na Arquidiocese de Belo Horizonte no dia 28 de fevereiro, na nascente do Rio das Velhas, onde está localizada a Paróquia de Santo Antônio.

Há previsão de que até o ano 2050, 40% da população não terá água tratada. Esse tema, que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil levanta, é muito importante. A Comissão de Meio Ambiente e os Deputados desta Casa farão um excelente trabalho colaborando para a conscientização sobre a importância da água. Tenho certeza de que, Deputado Laudelino Augusto, o Governo Aécio Neves, como já é do conhecimento de V. Exa., pretende tratar a água e o esgoto em todos os cantos de Minas.

Gostaria de, com base no pronunciamento do Deputado Chico Simões, falar sobre o abastecimento em Coronel Fabriciano. A COPASA está desenvolvendo um trabalho operacional nessa cidade, que terá a recuperação dos reservatórios R1 e R2 e a ampliação do esgotamento sanitário, em Caladão. Foi cobrada ação do Governo do Estado para ampliar esgotamento sanitário, construir a ETE, além de ampliar o esgotamento sanitário do Novo Tijuca. A ampliação está programada, e o Governo do Estado tem mais de 2 bilhões para recuperar nascentes, tratar a água e fazer esgotamento sanitário.

Portanto, ele fez essa indagação e cobrou também, por parte do Governo do Estado, por que ainda não foi feita auditoria pedida pelo atual Presidente da Loteria Mineira. Com toda certeza, não só o Governador, mas também toda sua equipe não cairá no erro do Bezoini, que precisou tirar os velhinhos de casa, para que comprovassem estar vivos, e assim terem direito a receber. Tudo será apurado.

Embora não apóie essa questão do bingo, lamento o desemprego de aproximadamente 300 mil pessoas. O Governo deve rever sua posição, porque - acredito - faltou discernimento da sua equipe, não do Lula, que se precipitou ao mandar fechar todos os bingos. Liminares estão surgindo, e os bingos estão funcionando em algumas cidades e em alguns Estados. Essas 300 mil pessoas desempregadas estão hoje desesperadas. E o sustento da família? Registro minha preocupação com os pais e as mães de famílias, que perderam - acredito temporariamente - o emprego. O Governo analisará e regularizará essa situação.

Não concordo com o fato de os bingos e as loterias eletrônicas serem local de lavagem de dinheiro. Mas, como o Deputado Alberto Bejani disse, vai quem quer. O que lamento muito é a perda de 300 mil empregos no Brasil. Acredito que o Governo verá que, nesse ponto, foi mal assessorado, pois, de uma hora para outra, por causa de uma ou duas pessoas, centenas de pessoas perderam o emprego. O Governo Lula - e eu disse isso aqui na semana passada - tomou todas as providências no caso do Cachoeira, na questão do assessor José Dirceu. A verdade virá.

Agradeço a V. Exa. pelo aparte.

O Deputado Laudelino Augusto - Sr. Presidente, para concluir, farei um comentário e deixarei uma mensagem. O comentário refere-se ao Deputado Célio Moreira, que disse ser do meu conhecimento que o Governador "dará água tratada aos mineiros". O Deputado falou "dar água". Talvez tenhamos um excessivo zelo pela educação política, mas quero dizer que político nenhum dá nada ao povo. Em Minas Gerais, já era hora de seu povo ter água de qualidade. A COPASA, como disse o Deputado Chico Simões, vem cobrando, há muitos anos, a taxa de esgoto, mas o esgoto não é tratado.

O Governador, o Deputado, o Prefeito, nenhum político "dá" coisas ao povo. O povo tem direitos que devem ser respeitados. Ninguém pode ter a idéia de que daremos alguma coisa ao povo.

Nossa mensagem é para trabalharmos com afinco, porque Minas Gerais pode ser o melhor Estado da Nação. Seu povo precisa ser vivo, livre e feliz, com condições de dignidade de vida. Convido todos a participarem dessa luta. A sociedade, os senhores e as senhoras devem formar grupos para acompanhar os trabalhos da Assembléia e da Câmara de Vereadores da sua cidade. Quando a sociedade controlar o chamado poder, com certeza as coisas mudarão. Desejo um bom trabalho a todos.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18/02/04, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs

5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando, a partir de 2/3/04, Rosângela Teixeira Ribeiro do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Marcela Castro de Andrade para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Bittar

exonerando, a partir de 1º/3/04, Edval Dias Cantuário do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Fernando Faria

exonerando Jairo Domingos Borges do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Luciano Nunes Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pastor George

exonerando, a partir de 2/3/04, Maria José Lima de Araújo do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Adriana Guimarães Penêdo do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e a Lei nº 9.384, de 18/12/86, Resolução nº 5.203, de 19/03/2002, assinou o seguinte ato:

nomeando Adriana Guimarães Penêdo para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão AL-13, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Carandaí. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: Cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Fervedouro. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: Cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Manga. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: Cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Monte Alegre de Minas. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: Cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Pratápolis. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: Cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Santa Vitória. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: Cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Bonfinópolis de Minas. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: Cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Curvelo. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: Cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Divino. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: Cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Felisburgo. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: Cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Machado. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: Cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Planura. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: Cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Ponte Nova. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: Cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Pouso Alegre. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: Cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Sacramento. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: Cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de São Francisco. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: Cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município do Serro. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: Cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.